



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

0704 HABITAÇÃO	40.000,00
0705 AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA	165.000,00
TOTAL.....> R\$ 3.346.800,00	

Art. 4º - O Poder Executivo é Autorizado, nos termos da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias a:

I - Realizar Operações de Crédito por antecipação da receita;

II - Realizar Operações de Crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - Abrir créditos adicionais até o limite de 30 % (Trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da Legislação vigente;

IV - Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal.

V - Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos.

VI - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previstos na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nesta lei.

VII - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor em **1º de Janeiro de 2003**, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ribeira, 18 de novembro de 2002.


JONAS DIAS BATISTA
Prefeito Municipal

Esta Lei, foi registrada em livro próprio na Secretaria desta Prefeitura de Ribeira em:

Ribeira, 18 / 11 / 2002.

Secretario
Antonio Carlos de Almeida César

Recebi (01) via desta Lei e publiquei neste Cartório.

Ribeira, 18 / 11 / 2002.


Iraci Duarte de Camargo - Escrivã